



DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 24 DE MAIO DE 2021

FINANCEIRO

Deliberação 2448/2021 (Processo 24156)
Alteração Orçamental n.º 8 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 9/2021)
Tomado conhecimento do despacho do presidente, de 17/05/2021.

Deliberação 2449/2021 (Processo 23490)
Doação de máscaras cirúrgicas tipo IIR
Aprovado aceitar e enaltecer a doação, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, de 1.000.000 de máscaras cirúrgicas tipo IIR, com o valor de 60.000€ e com a condição manifestada pela entidade doadora: "A doação destes bens é destinada à distribuição pela população do concelho de Coimbra constituindo um donativo em espécie para uma iniciativa na área social ao abrigo do artigo 62.º, n.º 1 e 2 a) do EBF".

Deliberação 2450/2021 (Processo 21648)
Pedido de isenção de IMI – A.P.S.
Atribuída à município A.P.S., isenção de IMI, por um período de 3 anos, não renovável, a partir do início do ano seguinte ao seu reconhecimento por parte da Câmara Municipal (entre 2021 e 2023), com o valor da despesa fiscal estimada de 764,85€, em cumprimento do disposto no artigo 31.º do Regulamento Municipal de Concessões de Isenções de Impostos.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Deliberação 2451/2021 (Processo 24770)
Celebração de "Contrato de Cooperação Interadministrativa sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra"
Aprovada, ao abrigo das alíneas c) e e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do "Contrato de cooperação interadministrativa sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra".

Deliberação 2452/2021 (Processo 24711)
Concurso Público Internacional n.º 1-2/2021 – Fornecimento, instalação, colocação em serviço e manutenção do sistema de bilhética
Aprovada, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 50.º e n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a retificação do caderno de encargos e do programa de concurso, do concurso público internacional n.º 1-2/2021, relativo ao fornecimento, instalação, colocação em serviço e manutenção do sistema de bilhética.

EDUCAÇÃO

Deliberação 2453/2021 (Processo 20174)
Clube de Tempos Livres de Santa Clara – Proposta de apoio financeiro para desenvolvimento do projeto "So(um)os Cidadania"
Atribuído, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 17.593,17€ ao Clube de Tempos Livres de Santa Clara para participar o desenvolvimento do projeto "So(um)os Cidadania" através da celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Social, a celebrar entre o Município de Coimbra e o Clube de Tempos Livres de Santa Clara.

Deliberação 2454/2021 (Processo 22685)
Designação dos representantes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas
Aprovada, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, a designação dos representantes do Município de Coimbra nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, para o mandato em curso, constantes na lista anexa à informação do Diretor do DEDJ, com as correções indicadas pelo presidente.

PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA

Deliberação 2455/2021 (Processo 24195)
Proposta de fixação de preços de bilhetes para os espetáculos dos meses de julho, agosto e setembro de 2021 do equipamento municipal Convento São Francisco
Aprovados os preços dos espetáculos.

Deliberação 2456/2021 (Processo 23074)
Clube Residencial Cidade Jardim – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual 2021
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º e do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 5000€ a conceder ao Clube Residencial Cidade Jardim, para apoio à realização do 8.º Há Música no Jardim, através da celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021, entre o Município de Coimbra e o Clube Residencial Cidade Jardim; Aprovado apoiar a divulgação do evento; Aprovado isentar do pagamento de taxas municipais referente à Licença de Espectáculos e Divertimentos nas Vias e Lugares Públicos, para os dias dos concertos – 11, 12, 18 e 19 de junho –, num valor global de 80€; Aprovado isentar do pagamento de taxas municipais relativas à Licença Especial de Ruído num valor global de 100€.

Deliberação 2457/2021 (Processo 24786)
Tarrafo – Associação Cultural – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para Atividade Pontual 2021 (projeto TUTANO)
Atribuído, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º e do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro no valor de 3000€ a conceder à Tarrafo – Associação Cultural, para apoio

à realização do projeto teatral/perfomático "TUTANO", através da celebração de Protocolo de Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2021, entre o Município de Coimbra e a Tarrafo.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

Deliberação 2458/2021 (Processo 24656)
Coimbra GymFest – Apoio financeiro à Federação de Ginástica de Portugal na realização do evento, na semana de 22 a 27 de junho de 2021
Atribuída, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma comparticipação no valor de 3000€, referente ao apoio para o Coimbra GymFest, através da celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º 15/2021, entre o Município de Coimbra e a Federação de Ginástica de Portugal.

HABITAÇÃO

Deliberação 2459/2021 (Processo 24784)
Reabilitação de 33 Habitações no Bairro da Fonte do Castanheiro – Abertura de procedimento de Concurso Público sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia
Aprovado o anúncio a publicar no DR, do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos da empreitada Reabilitação de 33 Habitações no Bairro da Fonte do Castanheiro; Aprovada a abertura do procedimento de Concurso Público, enquadrável na alínea b) do artigo 19.º do CCP, conforme a minuta de anúncio anexa ao processo supra referenciado, a publicar em DR, da empreitada "Reabilitação de 33 Habitações no Bairro da Fonte do Castanheiro", com o preço base de 4.109.428,62€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, e com prazo de execução de 720 dias, subdividido em 3 fases de 240 dias cada, sendo que em cada fase serão recuperadas 11 habitações, destas 6 ficam concluídas aos 210 dias e as restantes aos 240, para assim se poder realojar arrendatários e a obras não sofrerem interrupção; Aprovado que a obra seja executada de forma faseada de modo a, numa primeira fase, serem reabilitadas as habitações devolutas, para de seguida realojar 11 famílias e libertar 11 habitações para a segunda fase de obra e assim consecutivamente na 3.ª fase de obra, bem como, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º-A, que a obra não seja executada por lotes por motivos funcionais; Aprovado que o critério de apreciação das propostas seja a proposta economicamente mais vantajosa a que apresentar o mais baixo preço; aprovado que nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sejam consideradas propostas com preço ou custo anormalmente baixo, todas as propostas que apresentem o valor inferior a 25% da média dos preços das propostas admitidas; Autorizada a realização da despesa de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º e alínea a) do ponto 2.3 do artigo 19.º da NCI (Norma de Controlo Interno), inerente à publicação do anúncio de Concurso Público pela Imprensa Nacional da Casa da Moeda, pelo valor máximo estimado de 180€; Aprovado que o processo seja integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGov com o seguinte endereço eletrónico <https://www.vortal.gov.pt>, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.; Aprovado o Juri do Procedimento, nos termos do artigo 67.º do CCP; Delegada no Juri a competência de subscrever as comunicações associadas ao presente procedimento, bem como as notificações de entrega dos documentos de habilitação e da adjudicação, sempre que aplicável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º do mesmo diploma; Nomeado como gestor do procedimento Lino Bernardes, técnico da DPH.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Deliberação 2460/2021 (Processo 20560)
PEDU – Caminhos Pedonais de Cruz de Celas – Baixa/Arregaça e Lóios – Lote 1 – Relatório Final e Proposta de Adjudicação
Adjudicada a empreitada "PEDU – Caminhos Pedonais de Cruz de Celas – Baixa / Arregaça e Lóios – Lote 1" ao concorrente Engiperfil, Lda., pelo valor de 278.463,69, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 210 (duzentos e dez) dias, por ter apresentada a única proposta e esta se encontrar nas condições legais e formais exigidas; Aprovada a minuta do contrato do presente processo de empreitada, em simultâneo com a adjudicação nos termos do artigo 98.º do CCP; Nomeada como Gestora do Contrato a Chefe da DIEP, que terá a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Deliberação 2461/2021 (Processo 20593)
Prorrogação das Medidas Preventivas e da Suspensão Parcial do Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra
Aprovada a prorrogação da Suspensão Parcial do Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra e das Medidas Preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 27/03/2019, sob proposta da Câmara Municipal de 21/12/2018 e publicadas em Diário da República, 2.ª Série, através do Aviso n.º 8878/2019, de 22/05/2019, pelo prazo de mais 1 ano, a contar do dia 23 de maio de 2021, conforme previsto no artigo 141.º, n.º 1 do RJGT e no artigo 3.º das Medidas Preventivas; Aprovada a prorrogação do prazo para a conclusão da alteração do Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra, por igual período, mantendo-se válidos os Termos de Referência aprovados pela Deliberação n.º 720/2018, de 26/11/2018; Aprovado submeter a proposta de prorrogação da Suspensão Parcial do Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra e das Medidas Preventivas a parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para posterior envio à Assembleia Municipal para aprovação (cfr. RJGT, artigo 126.º, n.º 3, artigo 138.º, n.º 1 a 3 e artigo 141.º, n.º 7).

Deliberação 2462/2021 (Processo 1270)
Invimor Investimentos Imobiliários, Lda. – Alvará de Loteamento n.º 664/2019 – Renovação de licença – Vila Franca – Santo António dos Olivais – Reg. N.º 55428/2020
Declarada a caducidade da licença inicial da operação de loteamento com o alvará n.º 664 de 2019, ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, pelo facto das obras não terem sido concluídas no prazo fixado na licença e/ou prorrogações, e determinar a sua cassação, nos termos do artigo 79.º do referido regime jurídico; Deferida a renovação da licença da operação de loteamento, ao abrigo do artigo 72.º do RJUE, nos termos e condições propostos na informação da DGUN.

Deliberação 2463/2021 (Processo 18776)
Consultoria e Gestão, Lda. – Discussão Pública ao Alvará de Loteamento n.º 432 – Urbanização Quinta da Várzea – União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas – Reg. N.º 9695/2021
Aprovado submeter a discussão pública / consulta pública o pedido de alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 432, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do RJUE, conjugado com o artigo 35.º do RMUE, conforme proposto na informação da Divisão de Gestão Urbanística Centro.

Deliberação 2464/2021 (Processo 24081)
Prédio sito na Av. Dr. Dias da Silva, n.º 132, artigo matricial n.º 14331, da Freguesia de Santo António dos Olivais – Reconhecimento da intervenção de reabilitação, ao abrigo do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, para efeitos de isenção do IMI e do IMT
Aprovado, com os fundamentos constantes da informação da Divisão de Gestão Urbanística Centro, e para efeitos do artigo 45.º do EBF, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Orçamento do Estado para 2018, em vigor à data do início das obras (2018), o reconhecimento da intervenção de reabilitação no prédio sito na Av. Dr. Dias da Silva, n.º 132, com o artigo matricial n.º 14331 da Freguesia de Santo António dos Olivais, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, sob o n.º 150/19850410, e consequentemente as isenções do Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de três anos, com início em 2020 e término em 2022 e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas, cumpridos que foram os requisitos do n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Deliberação 2465/2021 (Processo 1158)
Augusto do Sacramento Martins – Licenciamento de operação de loteamento – Zarambalho – Brasfemes – Reg. N.º 10005/2010
Declarada a caducidade da licença para a realização da operação de loteamento que foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal n.º 1502/2010, de 28 de junho de 2010, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RJUE, considerando que não foi apresentada no prazo de 1 (um) ano a comunicação prévia para a realização das respetivas obras de urbanização.

Deliberação 2466/2021 (Processo 1020)
Rui Joaquim Dias Marcelino e Outros – Pedido de licenciamento de alteração do alvará de loteamento n.º 380 – Quinta do Promotor – Coselhas – Santo António dos Olivais – Reg. N.º 59276/2020
Aprovado o pedido de licenciamento das alterações ao Alvará de Loteamento n.º 380, ao abrigo do artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização Edificação, na sua atual redação, nos termos, condições e fundamentos expressos na informação da Divisão de Gestão Urbanística Norte.

Deliberação 2467/2021 (Processo 781)
António Geraldo Apóstolo – Projeto de arquitetura, legalização de alterações com realização de obras – Rua Principal e Rua de S. Vicente – Orelhudo – Freguesia de Cernache – Reg. N.º 01/2021/14167
Dispensada, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 133.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Coimbra, a dotação de um lugar de estacionamento público, nos termos e com os fundamentos presentes na informação da Divisão de Gestão Urbanística Sul.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 31 DE MAIO DE 2021

FINANCEIRO

Deliberação 2468/2021 (Processo 25924)
Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coimbra do Exercício de 2020, Inventário Municipal e Aplicação dos Resultados
Aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal respeitante aos documentos de prestação de contas de 2020 e o Inventário do Património Municipal relativo ao Município, elaborados nos termos definidos no SNC-AP (D.L. n.º 192/2015, de 11 de setembro), que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da Instrução n.º 1/2019, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas; Aprovada a aplicação do resultado líquido do período, que se cifra em 1.590.543,37€ (um milhão quinhentos e noventa mil quinhentos e quarenta e três euros e trinta e sete centésimos). Remetido à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.

Deliberação 2469/2021 (Processo 28281)
Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra do Exercício de 2020 e Aplicação dos Resultados
Aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal respeitante ao Relatório de Gestão e Contas e os Documentos de Prestação de Contas de 2020 relativos aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, elaborados nos termos definidos no SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, de acordo com a Resolução n.º 2/2020, 2.ª Secção do Tribunal de Contas, de 3 de dezembro de 2020, publicada no Diário da República, II Série, n.º 248, de 23 de dezembro

de 2020, sobre a Prestação de Contas relativas ao ano de 2020 e gerências partidas de 2021 e atento ao disposto na Instrução n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 46, de 6 de março, para a organização e documentação das contas de todas as entidades sujeitas a prestação de contas ao Tribunal de Contas. Lei n.º 75/2013 e Lei 1-A/2020, de 19/03/2020. Aprovada a proposta de que seja mantido na conta 59 – Resultados Transitados dos SMTUC o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2020 no montante de 299.947,68€, considerando o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, designadamente o disposto no n.º 2 do artigo 16.º que pretende garantir a intangibilidade dos Património Líquido dos Serviços Municipalizados quando estes apuram resultados negativos e transferir para os Municípios os respetivos excedentes quando são apurados lucros; Submetido à Assembleia Municipal para aprovação.

Deliberação 2470/2021 (Processo 26407)
Exercício do direito de preferência referente ao Prédio sito na Rua Ferreira Borges, n.º 12/Praça do Comércio, n.º 61, Coimbra
Aprovada a proposta e, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la à Assembleia Municipal para que esta autorize a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a exercer o direito legal de preferência referente à aquisição do prédio urbano em propriedade total, sem andares nem divisões suscetíveis de utilização independente, com 8 pisos, sito na Rua Ferreira Borges, n.º 12 e Praça do Comércio, n.º 61, em Coimbra. O prédio pertence à União das freguesias de Coimbra e está inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1231 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 285, pelo valor de 1.800.000€.

Deliberação 2471/2021 (Processo 26404)
Proposta de Abertura de procedimento para contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Financiamento da aquisição de imóvel sito na Rua Ferreira Borges, n.º 12/Praça do Comércio, n.º 61, Coimbra
Aprovada a abertura de procedimento de consulta por convite, tendente à contratação de um empréstimo médio e longo prazos, para aquisição de imóvel sito na Rua Ferreira Borges, n.º 12/Praça do Comércio, n.º 61, Coimbra, no valor de 1.800.000,00 euros, com convite a 6 instituições crédito para apresentação de propostas, designadamente:

- Banco Santander Totta, S.A.;
 - Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
 - Novo Banco, S.A.;
 - Banco Português do Investimento, S.A.;
 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo;
 - Caixa Económica Montepio Geral.
- Aprovado que o prazo da receção das respetivas propostas por parte das instituições de crédito, que devem ser remetidas em sobreescrito fechado e sob registo, ou entregues contra recibo na Divisão de Relação com o Município, da Câmara Municipal de Coimbra – Praça 8 de Maio, 3000 Coimbra, com indicação de "Resposta à consulta de contratação de empréstimo de médio e longo prazos - Aquisição de Imóvel", seja até as 16 horas do dia 11 de junho de 2021; Aprovada a minuta de ofício convite; Aprovada a seguinte comissão de análise das propostas apresentadas pelas instituições de crédito:
- Diretor do Departamento Financeiro, Pedro Malta;
 - Chefe de Divisão de Contabilidade e Finanças, Regina Ferreira;
 - Técnica Superior da Divisão de Contabilidade Finanças, Elsa Pimpão.

ENERGIA

Deliberação 2472/2021 (Processo 24749)
Descentralização de competências no domínio da educação – Adenda ao contrato de delegação de competências nas escolas agrupadas e não agrupadas – Contratos de fornecimento de energia elétrica
Aprovada, ao abrigo das suas competências próprias, previstas no Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos da cláusula 20.ª dos contratos de delegação de competências com as escolas agrupadas e não agrupadas da rede pública do Município, assinados a 21/09/2020, a celebração de segunda adenda para dez AE/ENA, com exceção do Agrupamento de Escolas Coimbra Sul e Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, nos termos constantes das minutas de adenda, no montante global de 184.217,31€, conforme discriminado no mapa I anexo à informação supra mencionada; Aprovadas as minutas das segundas adendas aos contratos de delegação de competências, tendo em atenção a observação constante da parte final da intervenção da Senhora Vereadora Ana Bastos; Autorizada a transferência do valor financeiro destinado a garantir o exercício das competências delegadas nos referidos contratos, no montante global de 184.217,31€ e que se discrimina na tabela em ata.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Deliberação 2473/2021 (Processo 25306)
Refuncionalização do Mercado D. Pedro V – PEDU – Fase 1 – Trabalhos complementares e prorrogação do prazo
Aprovados os Trabalhos Complementares nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos, no valor 105.671,48€ (s/ IVA incluído), ou seja, 112.011,77€ (c/ IVA incluído), com um prazo de execução de 112 dias, conforme o disposto nos artigos 373.º e 374.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual; Indeferido o pedido de prorrogação de prazo da empresa adjudicatária até 06/10/2021, uma vez que o prazo de 112 dias proposto para a execução dos trabalhos representa o caminho crítico da empreitada e não pode em causa a execução dos restantes trabalhos da empreitada; Aprovado solicitar à entidade executante para que, no prazo de 5 dias úteis, apresente o plano de trabalhos, plano de mão-de-obra, plano de equipamentos e cronograma financeiro ajustado ao prazo concedido, com nível de detalhe igual ao exigido no Programa de Procedimento.